



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ATA DA NONAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA GERÊNCIA-EXECUTIVA DO INSS EM PIRACICABA

Data: 29/04/2015

Horário: 9 h

Local: Sala de reuniões da Gerência Executiva, à Travessa Antônio Pedro Pardi, 111 /
Vila Monteiro – Piracicaba / SP

I – PRESENÇAS

CONSELHEIROS

Representantes do Governo

Eliana Soares Bueno – Presidente

Clarêncio Vitti – Serviço de Benefícios – INSS – Titular

Francisco Carvalho de Arruda Veiga – PSF – Titular

Lydia Helena Fagundes Guimarães Gobbato – INSS – Titular

Raquel Correa Bueno – INSS – Suplente

Annie Betune Ramalhão – Unidade Técnica de Reabilitação Profissional – INSS –
Suplente

Representantes dos aposentados e pensionistas

David Alegria Patinha – Associação dos Aposentados de Limeira – titular

Antônia Patinha – Associação dos Aposentados de Limeira – suplente

Representantes dos trabalhadores

Odair Balioni – Conselho das Entidades Sindicais de Piracicaba – Titular

William da Silva – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e
Financeiros de Limeira e Iracemápolis – Titular

Representantes dos empregadores

Talita de Oliveira Fortuoso – ACIPI – Titular

Simone Viana Torrezan – Sindicato Rural de Piracicaba e Região – Titular

CONVIDADOS

Raquel Diehl Victoria – Chefe Seção de Logística Gerência INSS / Piracicaba

Ana Lúcia Ramos Pinto – Sindicato dos Bancários de Limeira

II – AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Marcello de Souza Magnani – Suplente da presidência

Aparecida de Jesus Pino Camargo – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de
Piracicaba e Saltinho – suplente

III – AUSÊNCIAS NÃO JUSTIFICADAS

Wagner da Silveira – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas,
Mecânicas e de Material Elétrico de Piracicaba e Região – Suplente

IV – ABERTURA

Verificada a existência de quorum, às 09h30min, Eliana Soares Bueno, Presidente, abriu a 95ª reunião do Conselho de Previdência Social de Piracicaba cumprimentando a todos os presentes.

V – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

A ata da XCIV reunião deste CPS, ocorrida em 25 de março de 2015 e enviada previamente às entidades representadas foi aprovada sem restrições.

VI – APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA

- 1- Informes gerais: Central 135 – roteamento das centrais e posse da Presidente do INSS, Elisete Berchiol, como membro titular do CNPS;
- 2- REDUÇÃO DE DESPESAS NA GEX – Raquel Victoria;
- 3- Seguro-defeso: atendimento no INSS – Clarêncio Vitti; e
- 4- Acordo favorece acesso de pessoas em reabilitação profissional e no serviço social ao Pronatec – Annie Ramalhão.

VII – ORDEM DO DIA

1 – Informes gerais

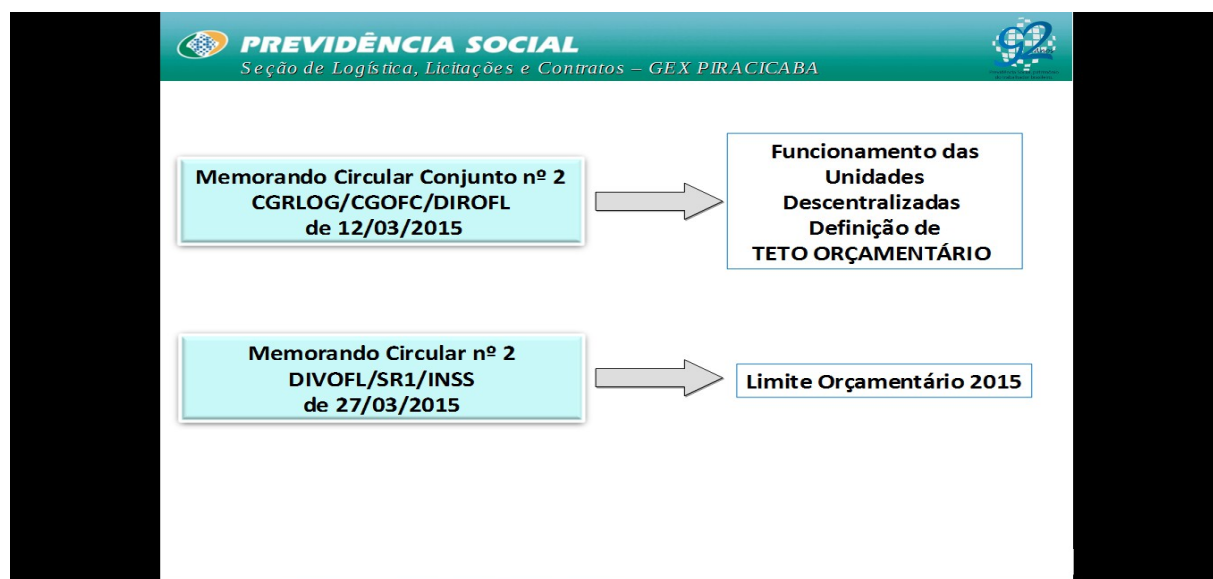
A Presidente Eliana fala sobre o roteamento da Central de Atendimento da Previdência Social – 135, cuja redistribuição foi realizada em 4 de abril, conforme informação da Diretoria de Atendimento. Com o objetivo de adequar o volume de ligações entre as três centrais de atendimento, a configuração dessa distribuição, ficou conforme segue.

- Caruaru (35%): São Paulo, Pernambuco, Alagoas e Sergipe 35%;
- Salvador (35%): Estados do Nordeste (com exceção de Pernambuco, Alagoas e Sergipe) e do Sudeste (exceção de São Paulo e Espírito Santo);
- Palmas (30%): Estados do Norte, Centro-Oeste, Sul e Espírito Santo;

Eliana também informa que a Presidente do INSS – assumiu a vaga de membro do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), em reunião realizada dia 26 de março. Ela procede a leitura da notícia: *“Também foram escolhidos os oito representantes que participarão das discussões da elaboração do Plano Plurianual (PPA 2016-2019) no Fórum Interconselhos. Nesta reunião, a presidente do INSS, Elisete Berchiol, tomou posse como membro titular do Conselho. Esse fórum acontece no mês de abril e tem o objetivo de abrir espaço para que a sociedade civil, representada por membros de conselhos do Governo Federal, discuta propostas para*

a formulação do novo PPA. Segundo o assessor-geral da Presidência da República, Marcelo Pires Mendonça, que falou aos conselheiros sobre a elaboração do Plano, “a ideia é ampliar os debates e a participação dos representantes dos vários segmentos da sociedade”. A Secretaria-Geral da Presidência destaca que o PPA organiza e viabiliza o conjunto das políticas públicas do governo para um período de quatro anos e os caminhos trilhados para viabilizar essas metas. Consiste num documento que declara as escolhas do governo e da sociedade, indica os meios para a implementação das políticas públicas e orienta a ação do Estado para a consecução dos objetivos pretendidos. Pautas – Durante a reunião do CNPS, também foi apresentado um estudo – elaborado pela Secretaria de Políticas de Previdência Social – sobre a participação das mulheres na Previdência Social. Segundo os dados desse documento, a proteção entre as mulheres praticamente se igualou a dos homens. O Fator Acidentário de Prevenção (FAP) foi outro tema que integrou as discussões desta reunião. Na ocasião, foi retomado o trabalho do grupo que discutirão o FAP com vigência em 2017.”

A convidada Raquel Victoria, chefe da Seção de Logística da Gerência, fala sobre a demora em sancionar a Lei Orçamentária e sobre a instrução interna que estabeleceu para o exercício de 2015, o Limite Orçamentário para a GEX Piracicaba no valor R\$ 4.089.394,88, ou seja, com uma redução de 14% em relação ao orçamento liberado em 2014, que foi de R\$ 4.755.110,32.



Assim, há determinação superior para supressão das despesas em R\$ 665.715,44.



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Seção de Logística, Licitações e Contratos – GEX PIRACICABA



Contrato	Valor Mensal Contratado	Redução Implantada	Novo Valor Mensal (com Redução)	Reflexo da Redução no Ano
VIGILÂNCIA HUMANA	R\$ 173.164,59	R\$ 7.960,77	R\$ 165.203,82	R\$ 63.686,16
VIGILÂNCIA ELETRÔNICA	R\$ 16.357,00	R\$ -	R\$ 19.114,90	R\$ -
LIMPEZA	R\$ 57.188,82	R\$ -	R\$ 57.188,82	R\$ -
REPROGRAFIA	R\$ 7.189,00	R\$ 1.769,60	R\$ 5.419,40	R\$ 14.156,80
MANUTENÇÃO PREDIAL	R\$ 32.563,93	R\$ -	R\$ 32.563,93	R\$ -
MANUTENÇÃO ELEVADOR	R\$ 2.130,00	R\$ -	R\$ 2.130,00	R\$ -
TRANSPORTE	R\$ 13.891,32	R\$ 754,10	R\$ 13.137,22	R\$ 6.032,80
ESTIVA	R\$ 4.229,76	R\$ -	R\$ 4.229,76	R\$ -
ÁGUA / ESGOTO	R\$ 3.982,48	R\$ -	R\$ 3.982,48	R\$ -
CORREIOS	R\$ 20.190,00	R\$ -	R\$ 20.190,00	R\$ -
ENERGIA ELÉTRICA	R\$ 42.600,00	R\$ -	R\$ 42.600,00	R\$ -
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	R\$ 2.708,23	R\$ -	R\$ 2.708,23	R\$ -
TELEFONIA	R\$ 8.023,97	R\$ 139,34	R\$ 7.884,63	R\$ 1.114,72
MATERIAL DE CONSUMO (*)	R\$ 26.372,45	R\$ -	R\$ 26.372,45	R\$ -
	R\$ 410.591,55		R\$ 402.725,64	R\$ 84.990,48

(*) adquiridos no período de JAN à ABR/2015

Redução no valor Mensal Total da GEX	R\$ 7.865,91
Valor Anual Contratado da GEX	R\$ 4.927.098,60
Redução no valor anual (refletido até DEZ/2015)	R\$ 84.990,48
Meta de redução para o ano	R\$ 665.715,14

Os atestes orçamentários necessários para a realização de novas licitações e prorrogações de contratos que estão por vencer estão sendo liberados somente se não houver incremento de valor ou se o valor for inferior ao praticado atualmente. As liberações de orçamento para os pedidos de repactuações (para os contratos com fornecimento de mão de obra quando alteração das Convenções Coletivas das Categorias) e de reajustes dos valores dos contratos estão suspensas.

É esclarecido que para o funcionamento de todas as nossas unidades, a GEX Piracicaba mantém contratos continuados de vigilância ostensiva, vigilância eletrônica, limpeza e conservação, manutenção predial, estiva e locação de veículos (todos com fornecimento de mão-de-obra) e manutenção de elevadores, reprografia,

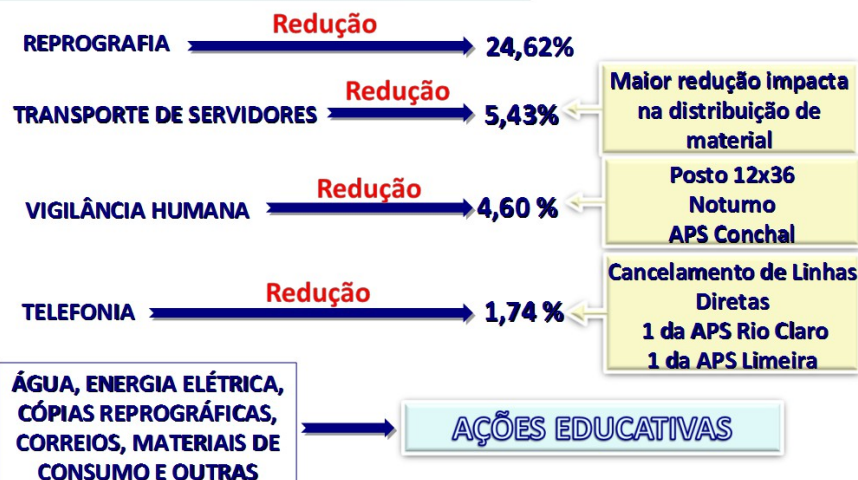


PREVIDÊNCIA SOCIAL

Seção de Logística, Licitações e Contratos – GEX PIRACICABA



AÇÕES JÁ IMPLEMENTADAS



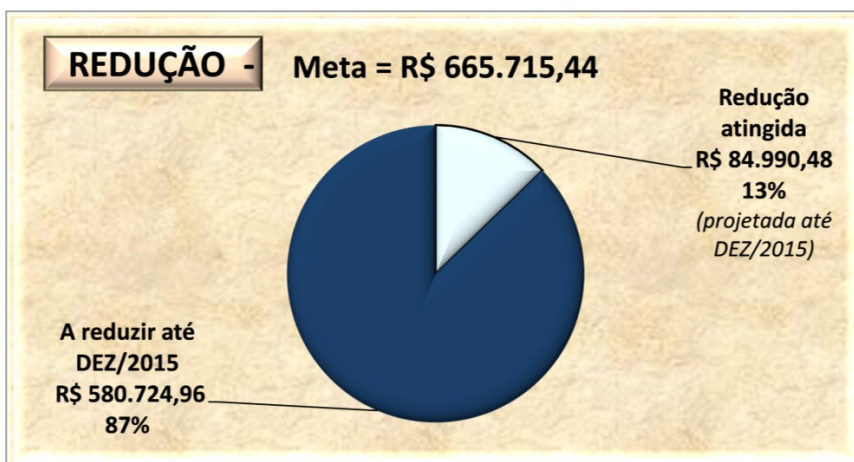
correios, água e esgoto, energia elétrica, telefonia, água mineral, dentre outros serviços eventuais (capinação, desinsetização) para os quais foi determinada a redução a fim de atingir o teto orçamentário.

A Seção de Logística, dentro de sua competência, está fazendo o possível para que esta redução não cause prejuízo ao funcionamento das unidades sob sua jurisdição pois todos os contratos são imprescindíveis. Porém, alguns já estão sendo reduzidos.



Fig.1 – quanto representa cada contrato em relação ao total gasto pela GEX com a manutenção das Unidade.





Eliana esclarece sobre o corte ser linear, igual para todas as gerências e opina que não é uma ação justa, porque cada Gerência Executiva do INSS firmou esses contratos em diferentes processos licitatórios. A Gerência de Piracicaba, há algum tempo, obtém sucesso nos processos de licitação, que resultam em contratos nos limites do preço do fornecedor, já ajustados a uma economia de recursos. Portanto, não há como retirar nada, porque esses contratos estão no seu limite de exequibilidade. A presidente do CPS também explica que se fosse autorizada a redução no horário de funcionamento das Agências, que, por exemplo, possuem um atendimento de seis horas (das 8 às 14 horas) e de funcionamento de 10 horas, aplicar uma redução, neste último, de uma hora, o que diminuiria os custos de vigilância, limpeza, energia elétrica e consumo de água. Essa regra poderia ser aplicada às APS com turno estendido e com funcionamento de 12 horas. É aprovada a RECOMENDAÇÃO N° 09, com a seguinte redação, para encaminhamento imediato ao CNPS: “O PLENÁRIO DO CONSELHO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, em sua 95ª Reunião Ordinária, realizada no dia 29 de abril de 2015, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.874, de 11 de novembro de 2003; Considerando a situação apresentada pela Seção de Logística da Gerência Executiva referente ao corte orçamentário exigido pela Direção do INSS; Considerando que os contratos do INSS Piracicaba apresentam-se no limite de exequibilidade; e Considerando que as Agências da Previdência Social (APS) com horário de funcionamento e atendimento

diferenciados, tem a possibilidade de redução do horário de funcionamento, resultando em economia nos serviços de vigilância, limpeza, consumo de água e energia elétrica; RECOMENDA que: a Direção do INSS reveja a determinação de um corte orçamentário linear, optando por uma análise da realidade específica de cada Gerência Executiva, para definição do valor a ser reduzido; e a Direção do INSS autorize a flexibilização dos horários de funcionamento das APS, a partir do estudo das características de cada unidade, mediante os impactos locais de uma redução no período de funcionamento dessas agências, durante o período que perdurar o corte orçamentário.”

Conselheiro Vitti explica com está a expectativa do atendimento do Seguro-defeso, serviço que o INSS operacionaliza desde 1º de abril e que aqui na gerência de Piracicaba iniciará em maio. Já foi obtida a informação que a maioria dos pedidos do seguro defeso, na região, é proveniente de Santa Maria da Serra – o levantamento realizado pela Superintendência Sudeste 1 – São Paulo, foi de 200 pedidos para o último período de defeso (piracema).

Em linhas gerais, o conselheiro Vitti esclarece sobre como serão os atendimentos aos requerentes do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal – SDPA pelo INSS. O Sistema do atendimento está no Portal Mais Emprego, sendo o sistema utilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE para a concessão dos seguros-desemprego. Sobre o fluxo de atendimento, é informado que desde o dia 1º de abril, a habilitação do benefício é realizada por meio da Central de Teleatendimento 135, que presta informações ao requerente sobre as pendências apontadas pelo sistema e agenda seu comparecimento a uma APS para apresentação da documentação e conclusão do requerimento. O agendamento para este requerimento ainda não é obrigatório. O pescador pode comparecer espontaneamente às unidades, quando seu benefício pode ser habilitado. A verificação da contribuição do pescador sobre a produção pesqueira, comercializada à pessoa física, é condição para a concessão do benefício. Tal contribuição será efetuada por meio de GPS, observando-se o seguinte: que este pagamento é realizado sobre a matrícula do Cadastro Específico do INSS – CEI e não sobre o NIT (como é no caso do segurado especial – ressalta o conselheiro Vitti); que o penúltimo dígito da matrícula CEI constante na GPS deve ser o algarismo 8 (oito), relativo ao cadastro do CEI para a contribuição rural; que o pagamento deve ter sido realizado sob o código correto, 2704, correspondente ao recolhimento sobre a comercialização da produção rural; que as competências dos pagamentos devem estar contidas no período

compreendido entre o término do defeso anterior e o início do em curso, ou nos doze meses imediatamente anteriores ao início do defeso em curso, o que for menor; a possibilidade de, nos termos do disposto no art. 398 da Instrução Normativa 971 de 13 de novembro de 2009 da SRFB, haver o pagamento agregado de mais de uma competência quando estas não alcançarem individualmente o valor mínimo de R\$ 10,00. O sistema não permite a verificação das competências agregadas na GPS, desta forma, deve ser considerada a declaração do pescador no corpo do requerimento emitido pelo Portal Mais Emprego. O requerimento do SDPA deverá ser feito individualmente por membros de grupo familiar com mais de um pescador profissional artesanal, não cabendo a utilização de um mesmo requerimento para mais de um membro. A documentação apresentada deverá ser referente ao próprio pescador requerente, não podendo ser utilizada por ele documentação dos demais membros do grupo familiar. O conceito de grupo familiar para o SDPA não deve ser confundido com o conceito utilizado para a comprovação de períodos de segurado especial. A emissão de carta de exigências e de carta de indeferimento é realizada fora do sistema, com o preenchimento de formulários próprios.

Conselheira Annie fala sobre o acordo que favorece acesso de pessoas em reabilitação profissional e no serviço social ao Pronatec. O extrato desse acordo, publicado em fevereiro, traz a ampliação de vagas disponíveis em cursos de Educação Profissional e Tecnológica, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) a pessoas em reabilitação, com deficiência, requerentes do benefício de prestação continuada, bem como demais cidadãos que procuram a Previdência. A conselheira esclarece que nem sempre os cursos oferecidos pelo Pronatec atendem às necessidades dos trabalhadores em reabilitação de Piracicaba, porque são cursos básicos e o trabalhador em reabilitação, muitas vezes, precisa de uma capacitação em um nível acima do fundamental. A maioria dos encaminhamentos é para cursos do programa FIC – Formação Inicial Continuada – de 60 horas, porque são os que ficam com a Reabilitação. Exemplifica com o SENAC – que tem um pacote de cursos de formação. O Sistec – cursos tecnológicos, para trabalhadores que já possuem alguma formação. Ela explica, também, que por falta de pagamento, a reabilitação do INSS ficou sem esse acordo durante quatro meses. Esclarece que o convênio começou com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e, portanto, mais ligado a essa área. Depois, devido à facilidade da Reabilitação para encaminhamento dos trabalhadores para os cursos, o acesso às vagas tornou-se imediato, resultado do próprio convênio. A pactuação é local. Para a reabilitação, o limite é estabelecido pela seriedade das escolas e por cursos que

tenham absorção de mercado. E, em decorrência da necessidade de um curso específico para aquele segurado, às vezes, torna-se preciso realizar a compra de um curso. Então, essas compras não tem acontecido na Gerência de Piracicaba, porque há o questionamento da procuradoria: por que comprar um curso, se há cursos gratuitos oferecidos pelo convênio Pronatec? A resposta é: porque os cursos do Pronatec não correspondem à maioria da demanda dos segurados em reabilitação.

O conselheiro David fala sobre a questão dos reabilitados com cursos que nem sempre são aproveitados pela empresa. Defende uma parceria com a empresa.

Annie cita o exemplo, que está dando certo, do convênio realizado com a empresa de Piracicaba Drogal Farmacêutica Ltda., no qual é realizado o treinamento em serviço, com a finalidade de cumprir a exigência de cotas.

VIII – DEFINIÇÃO DA PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO 27/05/2015

1- Informes gerais

IX – OUTROS ASSUNTOS

Eliana traz duas notícias sobre as mudanças na Previdência: a primeira informa que o governo recua e aceita reduzir carência para pensão por morte. A medida provisória que altera regras de acesso à pensão por morte e auxílio-doença terá um texto bem mais ameno em relação ao enviado pela presidente Dilma Rousseff, conforme é noticiado em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/04/1622122-governo-recua-e-aceita-reduzir-carencia-para-pensao-por-morte.shtml>.

A outra notícia traz a entrevista com Ministro Carlos Gabas intitulada “Trabalhador poderá se aposentar pela internet”: O trabalhador vai se aposentar de casa, sem precisar ir ao posto da Previdência Social. Em entrevista exclusiva ao DIA, o ministro Carlos Gabas antecipou que os segurados vão acessar todos os serviços pela internet a partir do ano que vem. Outra novidade é que em algumas situações não haverá mais necessidade de a perícia médica ser feita nos postos.que o trabalhador, a partir do ano de 2016, não precisará mais se dirigir até Agência do INSS para requerer os benefícios. Os requerimentos poderão ser realizados pela internet, com a senha de banco, assim com a Receita faz com o certificado digital. Entrevista na íntegra disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/economia/2015-04-27/trabalhador-podera-se-aposentar-pela-internet.html>

X – ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a presidente do plenário e deste Conselho, Eliana Soares Bueno agradeceu a presença de todos e, às 10h30, declarou encerrada a XCV reunião ordinária do Conselho de Previdência Social de Piracicaba. Para constar, eu, Mônica de Oliveira Pasini, nas funções de secretária deste conselho lavrei esta ata.

Piracicaba 29 de Abril de 2015.

Eliana Soares Bueno
Presidente do CPS